MONÇÕES
REVISTA DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS DA UFGD

DOI: 10.30612/rmufgd.v11i21.12462

Desenvolvimento em pequenos estados insulares: ensaio com foco em Cabo Verde

Development in small island states: an essay highlighting Cabo Verde

Desarrollo en pequeños estados islas: un ensayo que destaca a Cabo Verde

Hoyêdo Nunes Lins
Professor dos programas de pós-graduação em Relações Internacionais e em Economia da Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil.
E-mail: hoyedo.lins@ufsc.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-7438-2951

Juliane Becker Facco
Graduada em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Santa Catarina, UFSC, Florianópolis, SC, Brasil
E-mail: julianefacco@hotmail.com
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7357-5118

Resumo: Totalizando quase três dezenas, os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS na sigla em inglês) enfrentam grandes desafios ao desenvolvimento. Pequenez, dispersão geográfica, isolamento, forte dependência externa e vulnerabilidade a desastres naturais contam entre as razões. Daí a importância, para eles, de estratégias de desenvolvimento sustentável baseadas em parcerias com países e instituições internacionais. Configurado como arquipélago, Cabo Verde é um caso em questão, tendo firmado parcerias

com a União Europeia (UE) especialmente a partir de 2007. Baseado em pesquisa bibliográfica e documental, o trabalho analisa aspectos dessas parcerias envolvendo os SIDS, mormente entre Cabo Verde e UE, para enfrentar dificuldades e promover o desenvolvimento sustentável. Concentra-se a atenção em projetos sintonizados, ao menos nas declaradas intenções, com os pressupostos da Agenda 2030. Conclui-se que essas parcerias costumam exibir ambiguidade, opacidade e limitação de propósitos quanto à promoção do desenvolvimento sustentável em Cabo Verde. Além disso, têm originado novas vulnerabilidades, inclusive porque vários projetos têm índole essencialmente retórica. Tudo isso não é estranho à grande assimetria de poder nas negociações internacionais e à dominação da agenda neoliberal imposta pelos doadores da ajuda ao desenvolvimento.

Palavras-chave: SIDS; Cabo Verde; Europa

Abstract: Nearly three dozen Small Island Developing States (SIDS) exist in the international system, practically all of them facing major development challenges. Problems such as smallness, geographical dispersion, isolation, strong external dependence and vulnerability to natural disasters count among the reasons. Hence the importance, to these countries, of sustainable development strategies based on partnerships both with States and international institutions. Being an archipelago, Cabo Verde is a case in point, having established partnerships with the European Union (EU) especially since 2007. Based on bibliographic and documentary research, this study analyzes aspects of these partnerships involving SIDS, especially between Cabo Verde and the EU, to deal with difficulties and promote sustainable development. Attention is focused on projects permeated (according to the declared intentions) by the assumptions adopted by Agenda 2030. One can conclude that these partnerships tend to be ambiguous and opaque, and that the purposes regarding the promotion of sustainable development in Cabo Verde are limited. In addition, new vulnerabilities have arisen, among other things because several projects have an essentially rhetorical nature. These questions are not without connection with the great power asymmetry in international negotiations and with the domination of the neoliberal agenda imposed by development aid donors.

Palavras-chave: SIDS; Cabo Verde; Europe

Resumen: Con un total de casi tres docenas, los pequeños Estados insulares en desarrollo (SIDS según el acrónimo en inglés) enfrentan importantes desafíos de desarrollo. La pequeñez, la dispersión geográfica, el aislamiento, la fuerte dependencia externa y la vulnerabilidad a los desastres naturales son algunas de las razones. De ahí la importancia, para ellos, de las estrategias de desarrollo sostenible basadas en alianzas con países e instituciones internacionales. Configurado como un archipiélago, Cabo Verde es un ejemplo de ello, habiendo firmado asociaciones con la Unión Europea (UE) especialmente desde 2007. Basado en investigación bibliográfica y documental, el trabajo analiza aspectos de estos acuerdos que involucran a los SIDS, especialmente entre Cabo Verde y la UE, para hacer frente a las dificultades y promover el desarrollo sostenible. La atención se centra en proyectos sintonizados, al menos de acuerdo con las intenciones declaradas, con

los supuestos de la Agenda 2030. Se concluye que estas alianzas tienden a exhibir ambigüedad, opacidad y propósitos limitados en cuanto a la promoción del desarrollo sostenible en Cabo Verde. Además, han surgido nuevas vulnerabilidades, sobre todo porque varios proyectos son esencialmente de naturaleza retórica. Todo esto no es ajeno a la gran asimetría de poder en las negociaciones internacionales y al dominio de la agenda neoliberal impuesta por los donantes de ayuda al desarrollo.

Palabras-clave: SIDS; Cabo Verde; Europa

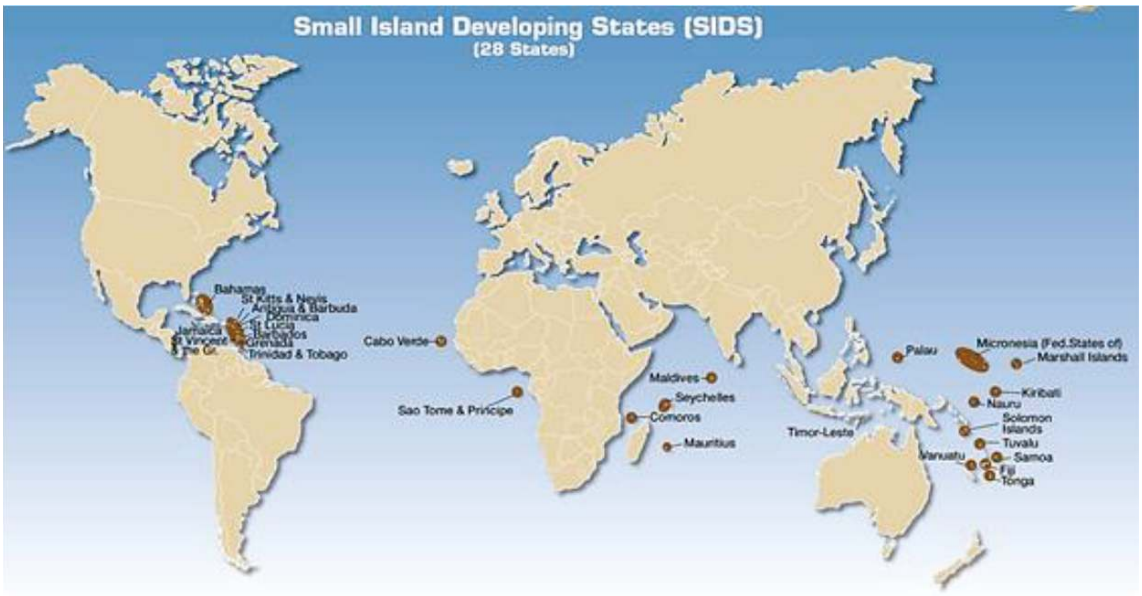
Recebido em:
13/07/2021

Aceito em:
01/02/2022

1 INTRODUÇÃO

Os Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS na sigla em inglês, e doravante assim designados) somam quase três dezenas de países, localizados em vários oceanos e mares. A figura 1 permite observar a distribuição desses territórios, segundo registro utilizado pela Conferência das Nações Unidas sobre Comércio e Desenvolvimento (UNCTAD na sigla em inglês) para propósitos analíticos.

Figura 1 – Distribuição dos Pequenos Estados Insulares em Desenvolvimento (SIDS)



Fonte: UNCTAD (2017)

Os desafios ambientais e de desenvolvimento dos SIDS são consideráveis. Envolvem problemas como escassez de recursos naturais, altos custos de energia, deficiência nos transportes e comunicações, acanhados mercados domésticos, alta volatilidade do desempenho econômico, grande densidade populacional, dependência externa e baixa resiliência a desastres naturais.

Sobre o último aspecto, note-se que, de 2000 a 2016, os SIDS registraram 335 desses desastres. As perdas provocadas foram estimadas em US$ 22,7 bilhões, sendo que esses países têm representado cerca de 2/3 dos que mais sofrem nesses termos na comunidade internacional (OECD, 2016).

CC BY NC SA

Diante disso, ganhou vulto o entendimento de que os SIDS devem ser objeto de condizente ajuda no âmbito das relações entre países. Diferentes parcerias desenhadas com esse objetivo viram a luz desde o início deste século. A União Europeia (UE) sobressai como origem de recursos na ajuda internacional ao desenvolvimento, e nas destinações dos seus auxílios têm figurado os SIDS. Uma importante questão sobre o assunto diz respeito aos contornos dessa ajuda, incluindo a natureza dos interesses incrustados nas relações, e à sua eficácia, ambos os aspectos representando elementos do problema geral abordado neste artigo.

Cabo Verde integra o conjunto dos países que, exibindo características de SIDS, aparecem como receptores. Especialmente desde 2007, esse Estado usufrui de recursos de fundos europeus, tendo figurado como o único SIDS (e país africano) detentor de *status* particular no contexto da Parceria Especial estabelecida naquele ano com a UE.

Este estudo se ocupa, em termos gerais, do papel da cooperação internacional no enfrentamento das dificuldades e na promoção do desenvolvimento sustentável nos SIDS. O foco específico é Cabo Verde, relativamente a alguns aspectos dos seus vínculos com a UE. O objetivo principal é identificar e discutir criticamente as interações estabelecidas com vistas a avançar, segundo os termos formais utilizados, no equacionamento das adversidades amargadas pelo país.

De caráter ensaístico, e baseado em pesquisa bibliográfica e documental realizada junto a fontes acadêmicas e institucionais, o artigo contém cinco seções, incluindo esta introdução e as considerações finais. Na próxima seção fala-se da emergência do desenvolvimento sustentável na agenda internacional e dos desafios enfrentados pelos SIDS nessa questão. Em seguida, aborda-se a realidade específica de Cabo Verde, destacando seus problemas. Na última parte, antes das considerações finais, examinam-se alguns projetos financiados pela UE em Cabo Verde desde 2007.

2 DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROBLEMÁTICA DOS SIDS

A temática ambiental com ênfase no desenvolvimento sustentável ganhou espaço nos debates internacionais desde as últimas décadas do século 20. Em processo sinuoso e afetado por confrontos de interesses, os avanços foram nutridos pelo percepção de que se avolumavam as pressões sobre os recursos do planeta.

CC BY NC SA

Tiveram influência nessa trajetória os desastres ambientais registrados desde os anos 1960. De tipos diversos e com resultados em geral dramáticos, esses desastres cevaram entendimento que se refletiu em multiplicação quer de tratados, sugestiva de uma maior consciência sobre os problemas ambientais, quer de demandas por qualidade ambiental (MITCHELL, 2017).

O contexto, entretanto, era de crescente demanda e de pressões pelo equacionamento dos problemas sociais, especialmente no Terceiro Mundo. Alternativas capitaneadas por países desenvolvidos, propondo a redução do ritmo de crescimento econômico e demográfico em prol da proteção do meio ambiente, eram criticadas e mesmo combatidas por países em desenvolvimento, já que as mazelas destes requeriam avanços na economia (SPETH, 2002). Os SIDS figuravam (como figuram até hoje) com destaque nesse cenário.

2.1 Esboço do percurso das ideias e ações sobre o desenvolvimento sustentável

As iniciativas em torno das questões ambientais, protagonizadas nos anos 1960 e 1970, culminaram na (histórica) Conferência do Meio Ambiente Humano de 1972, em Estocolmo, quando o meio ambiente emergiu como preocupação legítima da comunidade internacional (KECK; SIKKINK, 1998). Nos anos 1980, os debates se intensificaram em meio a alarmantes níveis de carências e desemprego, principalmente nos países mais pobres.

A ideia de desenvolvimento sustentável foi apresentada em 1987 pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD) no relatório “Nosso futuro comum” (Relatório Brundtland). Considerou-se sustentável, essencialmente, o desenvolvimento que satisfazia as necessidades das gerações atuais sem comprometer as futuras (CMMAD, 1988). Esse desenvolvimento, um importante conceito neste estudo, representa um reenquadramento da ligação entre economia e ecologia – passam a ser vistas como dimensões interdependentes (TULLOCH; NEILSON, 2014) – e coloca no centro do debate a questão da equidade intergeracional (VEIGA, 2005).

A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento (Rio-92) robusteceu a ideia de desenvolvimento sustentável por meio da publicação da Agenda 21, pela qual os países têm o direito e a obrigação de buscar tal sustentabilidade. A partir da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável Rio+20, que teve lugar em 2012, ocorreram consultas sobre metas e objetivos compatíveis, os quais deveriam substituir, em 2015, os anteriormente previstos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

CC BY NC SA

Assim, na Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável, 17 objetivos e 169 metas foram aprovados, por 193 países e também por empresas, como núcleo da Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável. Definia-se, assim, o ano de 2030 como horizonte para o alcance desses objetivos e metas, relativamente às dimensões social, econômica e ambiental do desenvolvimento.

Observe-se que a Agenda 2030, com seus Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS), abraçou uma visão holística do desenvolvimento. Passou-se a defender mais claramente a procura de um desenvolvimento articulado nos planos econômico, ambiental e social (UN SDSN, 2015). Esse caráter ecoa os trabalhos de Sachs (2004; 2009), para quem a sustentabilidade deve ser vista de forma abrangente (além de normativa). Tal ângulo constitui alternativa às condutas marcadas pelo ambientalismo pueril, refratário a considerações sobre a importância do dinamismo econômico para enfrentar a pobreza e melhorar padrões de vida sobretudo em regiões mais carentes, e pelo desenvolvimentismo anacrônico, sem maiores preocupações com as condicionalidades ambientais e as gerações futuras (VEIGA, 2005).

Para Sachs (2004), com efeito, o desenvolvimento sustentável apresenta-se como um projeto ancorado em objetivos sociais, desenhado e executado sob contingências ambientais e manifestado em atividades viáveis economicamente. São oito as dimensões da sustentabilidade, segundo essa visão: social, econômica, ecológica, ambiental, territorial, cultural, política nacional e internacional. A social deve figurar como primeira finalidade, pois o colapso nessa esfera pode causar colapso ambiental. E para tentar garantir vida digna às próximas gerações, cinco áreas básicas exigiriam grande atenção: planejamento (envolvendo não só o Estado), revolução energética (energias renováveis), revolução azul, revolução verde (*evergreen*) e cooperação internacional.

2.2 Particularidades associadas aos SIDS

A problemática do desenvolvimento sustentável é muito importante nos países mais pobres e frágeis, principalmente nos SIDS (GHINA, 2003). Suas características estruturais específicas, e o fato de sofrerem intensamente com choques em seus territórios e populações, magnifica a relevância das vinculadas questões para os SIDS. Desse modo, o discurso político sobre esses estados nos foros internacionais, objetivando atrair a atenção para seus problemas, incorporou aspectos do debate sobre a sustentabilidade do desenvolvimento, tendo a UNCTAD cumprido um papel estratégico nesse sentido.

CC BY NC SA

Todavia, houve diferentes fases no discurso político internacional desses Estados, e o problema da sustentabilidade do desenvolvimento não esteve sempre presente. De fato, a agenda internacional do desenvolvimento sustentável assumiu, muitas vezes, um caráter meramente programático, e nem sempre o contexto internacional favoreceu tal abordagem no discurso político das ilhas.

De 1972 a 1982, os SIDS eram considerados de modo semelhante ao das discussões sobre as barreiras estruturais ao desenvolvimento no Terceiro Mundo. Essa "diluição" da problemática dos SIDS motivou críticas à ideia de que caberiam para esses países as mesmas medidas gerais, como protecionismo e industrialização por substituição de importações (CAMPLING, 2006). Entre 1983 e 1992, as abordagens refletiam o contexto de crise no Terceiro Mundo, severamente atingido, em termos gerais, pela guinada neoliberal e pelos problemas do endividamento externo. Nesse quadro, o léxico neoliberal louvava as vantagens comparativas e a procura de nichos de mercado para as exportações dos países em desenvolvimento, incluindo os SIDS (STOUTENBURG, 2015).

Desde 1992, a questão desses Estados incorporou a problemática do desenvolvimento sustentável, ganhando força o discurso sobre a sua particular fragilidade perante as mudanças climáticas. Esse destaque levou a ativismo exemplificado pela formação, em 1990, do grupo de *lobby* político intitulado "Aliança dos Pequenos Estados Insulares" (AOSIS, na sigla em inglês), que logrou inserir as correspondentes preocupações em capítulo específico da Agenda 21 (HEIN, 2004).

Em 1994 ocorreu a Conferência Global de Barbados, sobre o desenvolvimento sustentável em SIDS. O resultado foi declaração para implementar a Agenda 21 nas ilhas – Programa de Ação de Barbados (BPOA) – com ações em 14 áreas chaves (COMMONWEALTH SECRETARIAT, 2012). Conferências subsequentes giraram em torno desse programa, como o Encontro Internacional para os dez anos de revisão, em 2005, em Maurício, quando se buscou comprometer a comunidade internacional e formular estratégia de continuidade. Na revisão desse encontro em 2010, a Mauritus+5, os SIDS declaram-se alinhados com o desenvolvimento sustentável. A conferência da ONU em 2012, a Rio+20, levou à Terceira Conferência Internacional dos SIDS em 2014 (proclamado o ano dos SIDS pela ONU).

Nesse processo, organismos internacionais propuseram medidas de melhoria da qualidade de vida dos habitantes das ilhas, sob o signo da sustentabilidade. Uma delas se referia à *blue-green economy*, segundo formulação das Nações Unidas, voltada à promoção do bem-estar e da equidade social com menores riscos ambientais (UN-Habitat, 2015).

O conceito de *blue economy*, especificamente, foi apresentado na Rio+20 como alternativa centrada nos oceanos, com extensão da "economia verde" na direção destes e das áreas costeiras. Nos seus termos, contemplava-se o desenvolvimento sustentável em setores cha-

CC BY NC SA

ves nas ilhas, como pesca, turismo, transporte, uso de recursos do fundo marinho e energia renovável. O entendimento era que buscar bons resultados exigia decisões e políticas públicas que articulassem a conservação e o uso sustentável da biodiversidade (UNEP; UN DESA; FAO, 2012).

3 CABO VERDE: DESAFIOS DO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Cabo Verde é um pequeno país insular de 4.033 km², mais precisamente um arquipélago, distante cerca de 500 km da costa ocidental da África. Suas ilhas dividem-se entre as de Sotavento, que compreendem a de Santiago (com a capital, Praia), e as de Barlavento (Figura 2).

Figura 2 – Cabo Verde e suas ilhas



Fonte: Perry-Castañeda Library Map Collection (2004)

3.1 Traços gerais de Cabo Verde

A história do país é indissociável da expansão marítima europeia, mais propriamente portuguesa, nos séculos 15 e 16 (SILVÉRIO, 2013). A ocupação e o povoamento começaram pela ilha de Santiago, a maior de todas, cujos bons portos e nascentes de água doce favoreceram o início da agropecuária intensiva e a constituição de um centro comercial (DOMINGUES, 1991).

Outras ilhas foram ocupadas a partir de meados do século 16, e com mais vigor durante o século 17, mostrando-se a criação de gado e o provimento de peles e sebos para Portugal atividades duradouras (BALENO, 1991). Cabo Verde constituiu-se, especialmente com a autorização da então metrópole aos colonos para comercializar e traficar escravos com o continente africano, como uma espécie de ponte ou entreposto comercial entre África e Europa em razão de sua localização estratégica para os negócios e as futuras invasões (FERNANDES, 2002).

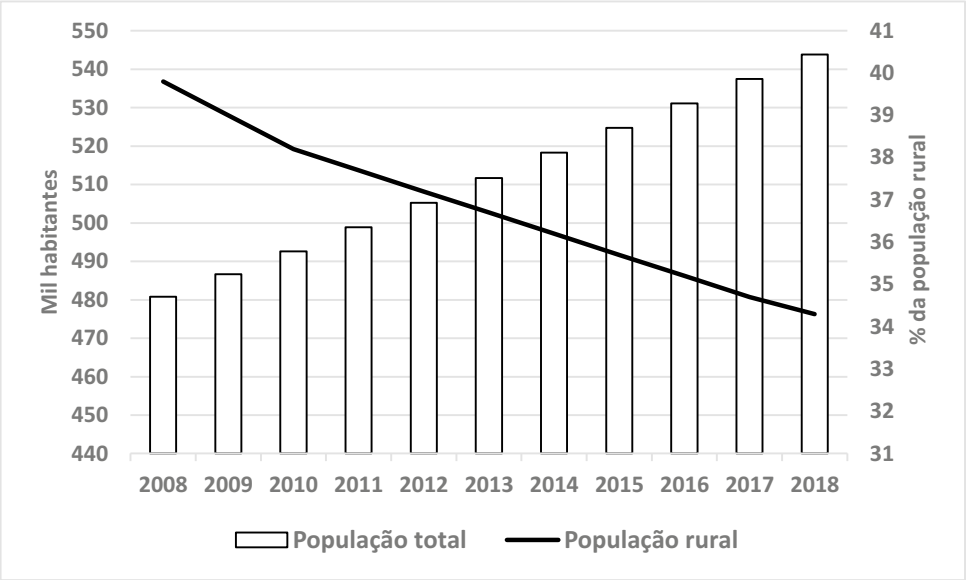
A trajetória local mostrou-se cíclica em termos econômicos. Fatores externos (ataques, concorrência) e as características naturais (solo, regime de chuvas) responderam por isso, que repercutiu em sucessivas crises de fome (ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE, 2015). Cabe realçar o significado das vulnerabilidades naturais, ligadas à condição insular e à localização. Entre as implicações, deve-se indicar que: a pluviometria escassa e irregular provoca secas e desertificação, refletindo-se em desempenho agrícola que impõe a importação de mais de 80% dos alimentos consumidos; a dispersão geográfica, inerente à condição de arquipélago, onera muito a instalação de infraestrutura; a dependência energética externa supera ¾ das respectivas necessidades (GOVERNO DE CABO VERDE, 2017).

Esse percurso e essas condições fizeram da emigração um processo de grande importância na história de Cabo Verde. Atualmente – meados da segunda década do século 21 – a população em situação de diáspora (cerca de 1 milhão de pessoas) supera em muito o contingente que vive nas ilhas (BANCO MUNDIAL, 2016). É sugestivo que, entre 2008 e 2018, por exemplo, a população do arquipélago tenha crescido somente 13%, passando de 480.842 para 543.767, com taxa média anual de 1,2374 %. A participação da população rural mostrou-se declinante, embora continue considerável: regrediu naquele período de quase 40% do total para 34%. O gráfico da figura 3 permite observar esse comportamento.

O tamanho da diáspora é indicativo das presentes condições do país. No momento da independência, em 1975, a estrutura econômica era bastante acanhada e precária. As ações do setor público eram muito deficientes e as atividades do setor privado mostravam-se pouco competitivas seja na agricultura, na pesca ou na construção civil. A independência permitiu mudanças positivas na economia e na sociedade. Em política e liberdades civis, por exemplo, Cabo Verde passou a ser considerado um país livre. E, “Para um país que na independência [...] tinha só duas escolas de ensino médio, nenhum dinheiro, pouca infraestrutura e uma história de episódios de fome, essa trajetória [...] é admirável se comparada às desgraças de muitos países africanos pós independência” (ADB, 2012, [S.p.], nossa tradução).

CC BY NC SA

Figura 3 – Cabo Verde: população total e presença da população rural (2008-2018)



Fonte: elaborado pelos autores com dados de World Bank (2020a)

Na educação, o quadro de analfabetismo mudou drasticamente, pois 98% das crianças nas idades respectivas frequentam a escola primária; na secundária, 65% dos meninos e 74% das meninas na faixa etária correspondente encontram-se matriculados. O PIB per capita, que era de US$ 190 às vésperas da independência, ultrapassou há vários anos o patamar de US$ 3.000. O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cresceu de 0,562 em 2000 para 0,648 em 2015, um desempenho superior aos dos países localizados na África subsaariana (UNDP, 2016).

Mas a desigualdade se faz presente, embora o índice de Gini – medida de concentração de renda, sendo os números mais próximos de 1 indicadores de maior concentração, logo, de maior desigualdade – aponte melhora desde 2002: foi de 0,47 em 2007, por exemplo, abaixo do número para o primeiro ano, quando atingiu 0,59. Note-se também que 10% dos habitantes eram subnutridos em 2015 e que a taxa de pobreza atingia 27,6% em 2007, mais de trinta anos depois da independência, com manifestação mais intensa em algumas ilhas (WORLD BANK, 2017).

Aliás, a taxa de pobreza se ampliou desde então, segundo dados recentes do Banco Mundial (WORLD BANK, 2020a). A tabela 1, que mostra indicadores selecionados sobre Cabo Verde, informa que essa taxa atingia 35,0% em 2015. Era inferior às taxas de países da África subsaariana ou oriental como Benin (40,1% em 2015), Burkina Faso (40,1% em 2014), Chad

CC BY NC SA

(46,7% em 2011), Lesoto (49,7% em 2017) ou Malawi (51,5% em 2016). Contudo, superava as de países como Etiópia (23,5% em 2015), Gabão (33,4% em 2017), Gana (23,4% em 2016) ou Mauritânia (31,0% em 2014). A tabela 1 também exibe, para Cabo Verde, o Produto Interno Bruto (PIB), a taxa de desemprego e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

Tabela 1 – Cabo Verde: indicadores socioeconômicos selecionados

	Indicadores	Números
Produto Interno Bruto (2018)	Valor total (US$ milhões)	1.977,0
	Valor per capita (US$)	3.635,41
	Composição (%):setor primário	5,26
	setor secundário	19,18
	setor terciário	75,56
Pobreza (2015)	Taxa de pobreza (*poverty headcount ratio*) (%)	35,0
	Taxa de pobreza (*poverty headcount ratio*) – US$ 1,90 por dia (%)	3,2
	Índice de Gini	42,4
Desemprego (2019)	Taxa de desemprego (% do total da força de trabalho)	12,25
	Taxa de desemprego masculino (%)	12,85
	Taxa de desemprego feminino (%)	11,49
Índ. Des. Humano	IDH (2018)	0,651
	Posição no ranking do IDH em conjunto de 189 países (2018)	126º

Fonte: elaborado pelos autores com dados de: World Bank (2020b,c) para o PIB; World Bank (2020d,e,f) para pobreza; World Bank (2020g,h,i) para desemprego; UNDP (2020) para o índice de desenvolvimento humano

Não obstante o que se logrou realizar em Cabo Verde, observa-se que pouco se avançou em desenvolvimento sustentável. Desde a independência o governo visou, antes de tudo, o crescimento econômico, embora o interesse nas questões socioambientais fizesse o país ratificar várias convenções da ONU sobre o assunto (CABO VERDE, 2012). Assim, de uma forma geral, mesmo que possa ter havido alguma melhora no cenário socioeconômico interno (em que pese o aparente aumento da taxa de pobreza), várias dificuldades perduraram, do que representa expressiva indicação o volume da diáspora.

Mostram-se especialmente ruins os números para as áreas rurais, ambientes de residência para pouco menos de 1/3 da população cabo-verdiana em 2018. Em 2007, por exemplo, a taxa de pobreza no meio rural era de 44%, contrastando consideravelmente com os 13,2% das áreas urbanas (CABO VERDE; UNIÃO EUROPEIA, 2008).

CC BY NC SA

A questão ambiental e do desenvolvimento sustentável permanece, com efeito, um assunto essencial no país. É eloquente, por exemplo, a posição de Cabo Verde no *Environmental Performance Index*, criado no âmbito da Universidade de Yale, nos Estados Unidos (EUA): 143ª posição entre 180 países. Esse instrumento indica o desempenho mormente em atividades ligadas à saúde humana e à proteção de ecossistemas. Os piores resultados para Cabo Verde referem-se a saneamento e agricultura e à proteção do habitat, da biodiversidade e dos recursos pesqueiros (HSU *et al*., 2016).

3.2 Interações externas de Cabo Verde

Na economia, Cabo Verde depende fortemente do setor de serviços, núcleo de cerca de ¾ do seu PIB. As atividades turísticas sobressaem, ao lado do comércio (BANCO MUNDIAL, 2016). As principais empresas do setor de turismo são oriundas de outros países, notadamente europeus, ou apresentam grande participação estrangeira. Trata-se, no essencial, de hotéis e resorts que importam bens de consumo e pouco interagem com a economia local (DIAS, 2016; ADB, 2012).

Sublinhe-se que a fragmentação geográfica do país e as distâncias entre as ilhas impõem elevados custos de transporte, assim como obstáculos para ganhos de escala na produção. Além disso, o balanço de pagamentos de Cabo Verde apresenta desequilíbrio permanente, com a economia em situação de grande dependência das remessas da diáspora e da ajuda ao desenvolvimento.

Os resultados não têm indicado melhoria ao longo do tempo no plano do auxílio externo para Cabo Verde. A ajuda oficial ao desenvolvimento, que alcançou o patamar de 55% do Produto Nacional Bruto do país nos anos 1980, representou em 2015 somente 10% daquele produto, em continuado processo de declínio (ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY, 2017).

No comércio, Cabo Verde exibe um renitente e elevado déficit nas suas relações externas, figurando Portugal e Espanha como principais parceiros. A tabela 2 permite observar tal situação no período entre 2008 e 2018. Invariavelmente, o déficit apresenta-se muitas vezes superior às receitas de exportação.

CC BY NC SA

Tabela 2 – Cabo Verde: comércio externo (2008-2018) – US$ milhões

Ano	Exportações	Importações	Saldo
2008	32,0	825,0	- 793,0
2010	44,0	742,0	- 698,0
2012	56,0	766,0	- 710,0
2014	80,0	768,0	- 688,0
2016	60,0	666,0	- 606,0
2018	76,0	816,0	- 740,0

Fonte: elaboração própria com dados de World Bank (2020j) para exportações e de World Bank (2020k) para importações

A tabela 3 apresenta o perfil desse comércio para o triênio 2016-2018. Produtos da pesca e das indústrias de calçados e de artigos do vestuário, relativos a somente quatro códigos do sistema harmonizado de itens de comércio, representaram de 87% a 93% da totalidade das receitas de exportações naquele período.

Tabela 3 – Cabo Verde: principal do comércio externo (2016-2018) – US$ milhões

Código HS(*)	Produtos	2016	2017	2018
	Exportações			
	Total das exportações	60,4	49,9	75,5
1604	Pescado preparado ou conservado; caviar	26,1	27,2	46,0
0303	Pescado, congelado, excl. filés e outros cortes	23,1	9,1	12,8
6406	Partes de calçados	3,4	3,7	4,1
6203	Ternos, conjuntos, jaquetas, blazers, calças	3,6	3,4	3,4
	Sub-total	56,2	43,4	66,3
Código HS(*)	**Produtos**	**2016**	**2017**	**2018**
	Importações			
	Total das importações	672,2	793,6	812,8
2710	Óleos de petróleo, exceto crus	53,4	71,2	88,7
2523	Cimento Portland e outros cimentos	21,6	21,6	21,3
8703	Automóveis e outros veículos motorizados	16,3	19,3	23,6
1006	Arroz	16,1	22,5	16,2
0402	Leite e creme, concentrado ou com açúcar	13,4	13,7	14,6
0207	Carne e miudezas comestíveis de aves	12,5	13,6	15,1
8802	Outras aeronaves (helicópteros, aviões)	0,0	27,6	10,1
8517	Aparato elétrico para linha telefônica ou telegráf.	13,8	12,3	9,9

continua

CC BY NC SA

	Importações			
	Total das importações	672,2	793,6	812,8
7214	Outras barras e varas de ferro ou aço	9,5	12,8	13,6
8704	Veículos motorizados para transporte de bens	8,6	11,2	13,7
	Sub-total	165,2	225,8	226,8

Fonte: elaborado pelos autores com base em dados de United Nations (2019, p. 90 e 91)
(*) Harmonized System 2012 – 4-digit heading

Assim, apenas dois tipos de bens concentram essas receitas: produtos da pesca (em queda devido às barreiras fitossanitárias) e o binômio confecções-calçados (com a facilidade de condições preferenciais de comércio), como também sublinha o Atlas of Economic Complexity (2017). Trata-se, como se vê, de vendas não só pouco diversificadas, mas também com baixo valor agregado. É flagrante o contraste com as importações, muito mais variadas: a tabela 3 mostra que os dez principais produtos importados representaram entre quase 25% e pouco mais de 28% do total, envolvendo matérias primas energéticas, insumos, veículos e alimentos.

A exportação de pescados concentra-se em atum, e envolve igualmente crustáceos, com pesca local de baixa capacidade e escassa qualificação. Mostra-se elevada a participação de empresas e embarcações estrangeiras, o que significa adversidades para os pescadores artesanais locais. Já a confecção de artigos de vestuário possui certa tradição no país. O *design* é especial, voltado para nicho de mercado nos EUA, sendo as exportações incentivadas por sistema de *duty free* em virtude de acordo comercial. Sobressai o chamado "pánu di téra", um tecido típico produzido em teares manuais (WEST AFRICA TRADE AND INVESTMENT HUB, 2016). Sua base é o algodão, e a produção começou no século 15 com técnica levada por escravos guineenses; trata-se de um poderoso testemunho da herança africana no arquipélago, além de símbolo da identidade cabo-verdiana (NOLASCO, 2018).

3.3 Um projeto para o país na aurora do século 21

A relevância da questão ambiental para os SIDS, em geral, e para Cabo Verde, em particular, e o papel desempenhado na economia desse país por atividades que têm na sustentabilidade dos recursos uma exigência inescapável – mais de ¾ das receitas de exportação refere-se a pescado, como se observou –, fariam esperar que as ações cabo-verdianas para promover o desenvolvimento fossem impregnadas, de algum modo, do sentido de desenvolvimento sustentável.

Assim, reconhecendo ser necessário aprimorar o modelo de desenvolvimento, o governo lançou em 2003 “A Estratégia de Transformação Econômica de Cabo Verde” (ANDRADE, 2015). Contemplava-se a construção de vantagem competitiva em turismo e a promoção da agricultura e de indústrias leves, objetivando a instalação, no longo prazo, de *clusters* econômicos que permitissem ao arquipélago tornar-se uma plataforma internacional de serviços de alto valor agregado.

O principal *cluster* teria a ver com o mar. Almejavam-se a criação de um centro regional de pesca e de outro dedicado ao transporte marítimo, a promoção do turismo apoiado nesses recursos e a implantação de um centro de conhecimentos e tecnologias ligados ao mar. Também miravam-se avanços em segurança marítima, tendo em vista a localização estratégica do arquipélago relativamente aos continentes banhados pelo Atlântico. A ideia, em suma, seria tornar Cabo Verde uma economia marítima com serviços de alta qualidade no Atlântico Médio (ADB, 2012).

Todavia, como quase sempre ocorreu na trajetória local, as condições ambientais e ecológicas se impuseram como dificuldades maiores para as atividades econômicas e para a própria sobrevivência das pessoas em Cabo Verde. O fato de 80% da população habitar em zonas costeiras representa grande vulnerabilidade, em razão das tempestades, inundações e ondas gigantes (CABO VERDE, 2012). Tal circunstância é especialmente dramática em país no qual se mostram agudas as consequências das mudanças climáticas, como desertificação, elevação do nível das águas do mar e condições extremas (WORLD BANK, 2016).

Além disso, como já assinalado, a virtual ausência de riquezas naturais e a adversidade representada por chuvas fracas e mal distribuídas fazem a população das ilhas mais agrícolas pressionar os parcos recursos existentes. Trata-se de espécie de ciclo em que a pobreza é agravada pelas condições ambientais e os contingentes mais necessitados sobreutilizam os recursos disponíveis, numa espiral que reduz a renda e exaure o solo. Assim, conforme apontado anteriormente, a produção agrícola não garante a segurança alimentar da população de Cabo Verde.

Tudo isso indica estarem ameaçadas, no que concerne ao arquipélago, as dimensões econômica (segurança alimentar), ambiental (respeito à capacidade de autodepuração dos ecossistemas) e social (igualdade no acesso a recursos sociais) da sustentabilidade, no sentido de Sachs (2009).

CC BY NC SA

Levando em conta os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), conforme Sachs, Schmidt-Traub e Delacre (2016), observa-se que são especialmente importantes os desafios relacionados com o combate à pobreza (ODS 1), mormente nas áreas rurais, onde se localiza a maioria da população pobre. Também o enfrentamento da fome e da insegurança alimentar (ODS 2) é crucial, principalmente nas ilhas onde se depende de uma agricultura praticada sob chuvas irregulares.

A saúde e o bem-estar (ODS 3) merecem esforços particulares, pela falta de profissionais qualificados e a incidência de tuberculose. O acesso à estrutura básica em água e saneamento, energia limpa e inovação industrial (ODS 6, 7 e 9, respectivamente) mostra-se distante, e nos âmbitos econômico e social o desemprego apresenta-se como um problema grave (incidindo no ODS 8).

A redução das desigualdades constitui uma grande dificuldade (ODS 10), e a necessidade de erigir instituições fortes interpela a capacidade das lideranças (ODS 16). A promoção de cidades sustentáveis também representa esfera carente de realizações (ODS 11), haja vista as grandes emissões de partículas na queima de combustíveis fósseis e o limitado acesso a fontes adequadas de água potável. Na questão ecológica (ODS 14 e 15), destacam-se a insuficiente proteção das áreas marinhas e terrestres e a superexploração dos estoques de peixes.

Não é fortuita, assim, a declaração do governo do país em documento recente sobre os objetivos cabo-verdianos em matéria de desenvolvimento sustentável:

> [...] o maior desafio de Cabo Verde é construir uma economia com alto nível de crescimento sustentável e inclusivo, para superar restrições chaves, as vulnerabilidades estruturais, a dependência externa, o desemprego, a pobreza, a desigualdade na distribuição de renda, as reduzidas oportunidades para emigração e a consequente queda nas remessas. (GOVERNO DE CABO VERDE, 2018, p. 8, nossa tradução).

Observe-se que o Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável para o período 2017-2021, divulgado em 2017, foi elaborado, segundo o anúncio governamental, em sintonia com os princípios do desenvolvimento sustentável. Em seus vetores principais, definidos com base na observação do presente contexto internacional e da realidade do país, perfilam-se questões de índole geoeconômica e geopolítica e dá-se grande destaque à formação de recursos humanos e à promoção do turismo (GOVERNO DE CABO VERDE, 2017).

CC BY NC SA

4 CABO VERDE E UNIÃO EUROPEIA: RELAÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL?

A Europa representa para Cabo Verde, além de parceria comercial chave, também pilar da cooperação internacional para o desenvolvimento. Tais relações situam-se, assim, no campo da Cooperação Norte-Sul, que Milani (2012) diz ter se consolidado desde os anos 1970, com mudanças de foco até a ênfase, nos anos 2000, nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Merece destaque na cooperação UE – Cabo Verde o marco geral relativo ao Acordo de Cotonou, firmado em junho de 2000 com duração prevista até 2020. Foram envolvidos 79 países de África, Caribe e Pacífico (ACP), 26 deles na condição de SIDS (EUROPEAN COMMISSION, 2005).

4.1 Contornos e problemas do Acordo de Cotonou

O Acordo de Cotonou exibe, segundo Vogel (2009), um claro "espírito neoliberal". A razão é que os principais motores do desenvolvimento considerados no documento são a liberalização de mercados (por acordos de parceria econômica), o investimento externo direto, a proteção da propriedade intelectual, a liberalização do setor de serviços, a eliminação de subsídios e o protagonismo do setor privado (inclusive via privatizações), como assinalado em European Commission (2014).

Nessa iniciativa de cooperação internacional, atribui-se a instrumentos como acordos de parceria econômica (APE, essencialmente na perspectiva do livre comércio) a condição de possibilidade privilegiada, quiçá única, para o desenvolvimento. O praticado volume de *foreign aid* é condicionado por revisões periódicas das políticas executadas nos países receptores, uma prática que favorece a interferência externa nas iniciativas domésticas (ZIMELIS, 2011).

Nesse contexto, representam preocupação para os SIDS, e para Cabo Verde em particular, as orientações determinadas sobre tarifas aduaneiras e liberalização comercial. O mesmo ocorre com as obrigações sobre privatizações de serviços e outros setores. A contrapartida tem a forma de volumes incertos de ajuda. Sobressai nas inquietações o fato de que a diminuição ou eliminação das taxas alfandegárias seja sinônimo, praticamente, de queda nas receitas (representativas de cerca de 4% do PIB em Cabo Verde), por conta dos reflexos do aumento da exposição à concorrência estrangeira (BUSSE; GROßMANN, 2004).

CC BY NC SA

Mostra-se especialmente questionável, sobre os efeitos do Acordo de Cotonou e de seus APE, a imagem que a UE dissemina sobre a promoção do desenvolvimento sustentável (EUROPEAN COMMISSION, 2017). Trilhar o caminho desse desenvolvimento deveria significar, de forma articulada, um maior acesso a serviços básicos, a melhoria da qualidade de vida e a proteção do habitat, por exemplo.

Entretanto, isso não é assegurado pela parte principal do tratado. Seu foco básico é a promoção do setor privado mediante acordos de livre comércio que podem se revelar até mesmo capazes de prejudicar o alcance das metas da Agenda 2030. De fato, esses acordos podem resultar no agravamento da fragilidade dos SIDS, cujas economias já são, via de regra, muito vulneráveis.

É verdade que a revisão dos termos do acordo em 2005 incluiu os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, e que a revisão de 2010 salientou aspectos do desenvolvimento sustentável e da agenda de *aid effectiveness*. Contudo, os montantes de recursos para os projetos permaneceram sem definição prévia e sem obrigação com metas (EUROPEAN COMMUNITIES, 2006; REVISED COTONOU AGREEMENT, 2010). Do mesmo modo, continuou bastante expressivo o realce atribuído à economia, na comparação com as dimensões social e ambiental.

Esse é o quadro geral, tendo como moldura o Acordo de Cotonou, em que Cabo Verde buscou um relacionamento mais próximo e intenso com a UE e uma melhor inserção internacional. O processo culminou numa Parceria Especial em 2007. Contemplavam-se avanços em governança, segurança/estabilidade, integração regional, convergência técnica e normativa, "sociedade do conhecimento" e luta contra a pobreza e desenvolvimento (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE EM BRUXELAS, 2017a).

O nexo desenvolvimento-segurança, porém, é o que mais sobressai nessa parceria. Os projetos realmente ligados ao desenvolvimento sustentável perfilavam-se mais como contrapartidas da UE, em troca da adesão cabo-verdiana seja aos propostos pilares envolvendo integração regional e convergência com os padrões normativos, seja às diretivas neoliberais da UE (EUROPEAN COMMISSION, 2008).

Em particular, mostrava-se importante para a UE a integração regional de Cabo Verde com a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), da qual Cabo Verde participa desde 1977. Não é aspecto menor dessa importância o fato de figurar a CEDEAO como exemplo de estabilidade política em grande região que, com histórico de conflitos, exibe localização geoestratégica (MADEIRA, 2015). O interesse da UE é explicitado na própria

CC BY NC SA

realização daquela Parceria Especial, constituindo motivação vínculos – de Cabo Verde com parceiros regionais – que sinalizavam uma condição de ponta de lança europeia na CEDEAO, área de mais de 250 milhões de habitantes e importantes recursos minerais.

Observe-se que uma integração fortalecida interessaria à própria região, podendo Cabo Verde vir a desempenhar papel de plataforma de prestação de serviços em escala de CEDEAO (MADEIRA; MONTEIRO, 2016). O arquipélago poderia usufruir, com efeito, de um aparentemente renovado interesse geral pela África, considerada por Monteiro (2016, p. 93) como "a nova fronteira estratégica no desenvolvimento global". Mas, para lograr avanços, Cabo Verde necessitaria reestruturar a sua política externa, aprofundando o diálogo e o entendimento mútuo na área, assim como a confiança recíproca dos países envolvidos (MADEIRA, 2019).

Com respeito às questões de segurança, cabe assinalar que é sedutora, para a UE, a posição cabo-verdiana na rota atlântica. Por representar espécie de porta de entrada de drogas, armas e imigrantes na Europa, a UE enxerga considerável utilidade no arquipélago em matéria de segurança e também defesa (MONTEIRO, 2011). A inegável importância geopolítica e geoeconômica do Atlântico, sobretudo para a UE, representa, assim, oportunidade para Cabo Verde, que poderia assumir um papel de pivô no controle e no combate de atividades ilícitas desdobradas na costa ocidental da África e na costa leste da América do Sul (MADEIRA; MONTEIRO, 2017; MADEIRA; MONTEIRO, 2016).

Daí que, ciente do interesse europeu tanto na CEDEAO como na promoção da segurança das fronteiras da UE, Cabo Verde teria procurado um relacionamento pragmático, negociando fluxos financeiros para promover o seu desenvolvimento (OECD, 2009). Esse pragmatismo seria uma característica da política externa do país insular e refletiria a consciência das lideranças sobre suas próprias vulnerabilidades. Considerar esse ângulo ajuda a entender a aceitação, pelo governo cabo-verdiano, de algumas características do Acordo de Cotonou alinhadas aos interesses da UE trazidas pela Parceria Especial.

Essa incidência reflete a grande assimetria de poder nas negociações, em benefício dos propósitos europeus, como costuma ocorrer na Cooperação Norte-Sul, de um modo geral (MILANI, 2012). Mas, agindo de forma pragmática, Cabo Verde procurou usufruir da possibilidade de um maior acesso aos fundos de desenvolvimento e aos investimentos europeus, fazendo valer, ao que parece, a sua condição de SIDS em posição estratégica no Atlântico Médio (MONTEIRO, 2011).

CC BY NC SA

4.2 Perscrutando projetos importantes da parceria entre UE e Cabo Verde

Para uma breve análise exploratória sobre alguns projetos executados no marco da parceria entre UE e Cabo Verde, é útil classificar as incrustadas ações em imateriais e materiais.

4.2.1 Projetos com ações de tipo imaterial

Sobressaem entre as iniciativas de cunho imaterial aquelas referentes à boa governança. Dos 51 milhões de euros alocados pela UE em Cabo Verde no período 2008-2013, por exemplo, 32,6 milhões referiam-se a reformas macroeconômicas, com destaque para as finanças públicas.

Para o governo, esse seria o caminho para transformar o país no pretendido *hub* de serviços, com medidas em capacitação de quadros, reforma da administração pública, aumento da transparência, privatizações de serviços, combate à corrupção e reforma do sistema judiciário. Esse conjunto haveria de intensificar, como se idealizava, a atração de investimentos e de recursos da UE (GOVERNO DE CABO VERDE, 2008).

Outro pilar nessa órbita é a parceria sobre mobilidade. Definida em 2008, tal iniciativa sustentaria a abordagem sobre segurança e estabilidade. Pelo respectivo acordo, seria garantido o acesso facilitado ao território europeu para cidadãos de países que cooperassem com a UE no combate à imigração ilegal. Também se contemplava a articulação entre desenvolvimento e controle migratório, por meio do estímulo ao retorno voluntário da diáspora cabo-verdiana (EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE EM BRUXELAS, 2017b).

Esse instrumento refletia o interesse geral da UE na contenção de fluxos migratórios vindos de regiões pobres. Assim, abrangia o fortalecimento da capacidade de Cabo Verde para controlar viajantes oriundos sobretudo da África Ocidental. Isso condiz com a natureza desse tipo de mecanismo: Pina-Delgado (2013, p. 405, nossa tradução) assinala que seu uso contempla a ajuda aos países receptores de migrantes a "[...] controlar a migração pela oferta de incentivos a países emissores e, especialmente, de passagem de migrantes, em troca da sua 'cooperação'."

A cláusula do acordo relativa à readmissão por Cabo Verde de migrantes irregulares vindos de outros países e também de apátridas, em trânsito por seu território, não foi bem vista no país. O motivo é que atuar dessa forma faria aumentar a pressão sobre os serviços públicos cabo-verdianos, como indica Reslow (2012). Não obstante, o governo aceitou a proposta, haja

CC BY NC SA

vista os acenos de benefícios financeiros e o significado da emigração local como fonte de remessas para Cabo Verde.

Os resultados se materializaram, entre outras coisas, na criação do Centro Comum de Vistos em Cabo Verde, em atuação desde 2010 com respeito a vistos de curta duração para vários países europeus. O mesmo pode ser mencionado em relação ao Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem (CAMPO), surgido em 2009. Essa instituição prestaria informações aos interessados em migrar para a UE e orientaria migrantes em retorno para Cabo Verde (INSTITUTO CAMÕES, 2017).

Na parceria para a segurança e estabilidade de Cabo Verde, elaborou-se plano de ação com vistas a reforçar as instituições de segurança do país, modernizar o controle de fronteiras e aprimorar o patrulhamento do espaço marítimo. Seu escopo incluía capacitação institucional para prevenir casos de terrorismo, compra de equipamentos para a marinha e a aeronáutica e combate ao tráfico de drogas e outros ilícitos. Tais medidas representavam respostas às percebidas ameaças ao continente europeu ligadas ao fluxo de drogas, à pirataria e ao tráfico de pessoas, mostrando-se Cabo Verde um parceiro confiável na região sobre o assunto.

Essa projeção das interações não deveria surpreender. Como já indicado, a segurança marítima do Atlântico Médio, onde se localiza o arquipélago, é essencial para a UE. A área figura na rota para os cada vez mais demandados hidrocarbonetos e matérias primas transportados da África Ocidental para a Europa. Também o combate ao tráfico internacional de drogas e à pesca ilegal encontram-se entre os objetivos da ênfase atribuída ao binômio segurança-estabilidade (DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA EM CABO VERDE, 2017).

4.2.2 Projetos com ações de tipo material

Também projetos materiais, para instalar infraestruturas e com efeitos nas atividades produtivas de várias comunidades, fazem parte do apoio financeiro e técnico concedido pela UE a Cabo Verde.

Um desses projetos envolveu parceria sobre pesca que entrou em vigor em 2007, foi tacitamente renovada até 2017 e representou uma das ações mais polêmicas, a despeito do declarado objetivo de promover a exploração sustentável de recursos pesqueiros (EUROPEAN COMMISSION, 2006). Nos seus termos, permitiu-se que embarcações francesas, espanholas e portuguesas pescassem atum e outras espécies nas águas do arquipélago, contra pagamento de taxas cujos recursos se destinariam ao aumento do controle e do patrulhamento e ao apoio às comunidades pesqueiras locais. Segundo a European Commission (2014), cuidou-se de que

CC BY NC SA

houvesse adequação à reforma associada à C*ommon Fisheries Policy (*CFP*)*, com cláusulas de transparência e respeito aos direitos humanos e aumento do montante pago pelas embarcações que exploram os recursos, entre outros aspectos.

Mas não faltaram indicações sobre os diversos efeitos negativos dos acordos de pesca firmados entre a UE e países africanos, especialmente os localizados na África Ocidental (KACZYNSKI; FLUHARTY, 2002). Com efeito, Mundt (2012) assinalou que esse tipo de instrumento ameaçaria os setores pesqueiros industrial e artesanal de Cabo Verde, cujos recursos eram muito limitados na comparação com os de países europeus. E, apesar de a UE afirmar que a pesca incidiria nos volumes excedentes, externos ao interesse ou à capacidade dos agentes locais, os pescadores entrevistados por aquele autor afirmaram não só que queriam pescar atum, mas também que conseguiriam fazê-lo. O problema é que o estoque de peixes declinara devido ao excesso de barcos em atividades, principalmente de origem estrangeira.

Quanto à parcela dos recursos a ser destinada à pesca das comunidades locais, quase 98% dos pescadores entrevistados por Mundt (2012) afirmaram não receber dinheiro do governo ou de outra instituição. Isso guardaria relação com o fato de o pagamento efetuado pela UE destinar-se diretamente ao Ministério de Relações Exteriores de Cabo Verde. Tal situação igualmente explicaria o não recebimento dos recursos por parte do Instituto Nacional de Desenvolvimento das Pescas (INDP).

Outro aspecto era a enorme diferença de *expertise* e conhecimento, notadamente sobre os estoques de peixes, entre os interessados no âmbito da UE e nos países africanos. Merece ainda realce que o preço das licenças pagas pelos estrangeiros representava, praticamente, subsídio às atividades pesqueiras protagonizadas por agentes da UE: a quantia era irrisória se comparada ao preço flutuante do atum naquele período (preço que, dependendo da espécie específica, podia chegar a 1.500 euros por tonelada) (MUNDT, 2012).

Consoante a tudo isso, o Primeiro Ministro de Cabo Verde admitiu em 2014 que aquele "[...] foi o acordo possível" (GOVERNO DE CABO VERDE, 2014, S.p.). De todo modo, tal instrumento só foi definido e assinado após prolongadas e acirradas negociações com a UE.

4.3 Interações UE – Cabo Verde: alguns resultados auspiciosos

Em virtude dos seus percebidos reflexos, a parceria UE – Cabo Verde era fonte de preocupação sobre o alcance dos objetivos ligados às dimensões social e econômica do desenvol-

CC BY NC SA

vimento sustentável (pobreza, segurança alimentar, emprego), principalmente no tocante à população vulnerável que trabalhava na pesca artesanal. Era claro o *gap* entre o discurso e a prática em torno do assunto, e esse descompasso indicava solapamento das diretivas de *blue--green economy* idealizadas para os SIDS, em geral. Assim, estaria em risco o projeto cabo-verdiano de tornar o país um *hub* de serviços que privilegiassem o mar e os recursos pesqueiros.

Todavia, deve-se referir, sobre projetos de natureza material, às ações ligadas aos problemas de água e saneamento e de resíduos sólidos. Estima-se que quase 80% da infraestrutura de água e saneamento da cidade de Praia, a capital de Cabo Verde, tenha sido financiada pela UE. Em resíduos sólidos, sobressaiu a construção do Aterro Sanitário de Santiago, em 2012, um projeto executado com 6,5 milhões de euros da UE (NETRESIDUOS, 2015; AFRICA21, 2015).

Em água e saneamento, o projeto ISLHÁGUA registrou o apoio do Instituto Tecnológico das Canárias (ITC) e de empresas públicas e privadas das ilhas Canárias e de Cabo Verde. O projeto objetivava sensibilizar a população sobre o uso consciente da água potável, aumentar a capacidade de controle de qualidade da água e estimular o tratamento, a dessalinização e a reutilização dos recursos hídricos por meio de energias renováveis. Sua execução deveria ocorrer entre 2010 e 2015, com o uso de recursos majoritariamente oriundos da UE (ISLHÁGUA, 2017).

Na área energética, em que, segundo Ferreira *et al.* (2020), são muito grandes os desafios enfrentados por Cabo Verde, deve ser salientado o projeto do *Serviço Energético Sustentável para Povoações Rurais Isoladas Mediante Micro-redes com Energias Renováveis. Referente à ilha de Santo Antão*, esse projeto visa melhorar as condições de vida e o acesso a serviços em comunidades isoladas. Financiado em 75% pela UE, além de envolver outras fontes, a iniciativa resultou no primeiro sistema elétrico instalado em comunidades remotas de Cabo Verde (SESAM-ER, 2017).

A rede de distribuição atingiu amplitude capaz de fornecer energia aos 274 habitantes de 75 domicílios da pequena comunidade (cf. dados para 2017). O excedente permitiu produzir 500kg de gelo por dia para utilização na pesca, principal atividade econômica local. A vinculada iluminação beneficiou inclusive atividades pesqueiras noturnas, além de permitir a ampliação dos recursos e serviços de equipamentos comunitários (como biblioteca), conforme SESAM-ER (2017).

Todavia, permaneceu expressiva a disparidade de condições entre empresas cabo-verdianas e estrangeiras operando no setor energético. Isso é fato, especialmente, no que con-

CC BY NC SA

cerne às energias renováveis, um problema que impõe às empresas locais uma situação de concorrência consideravelmente adversa.

Como se observa, projetos importantes foram concebidos e executados em Cabo Verde, sob o signo de importantes parcerias internacionais, no marco do desenvolvimento sustentável. Entretanto, não lhes faltaram resultados ambíguos. Os projetos contribuíram para reduzir certas debilidades do país, mas, ao mesmo tempo, expuseram, por exemplo, as empresas locais a situações cujo enfrentamento tem exigido capacidade que parece superar as respectivas condições.

Não há como evitar o comentário, perpassado de observação crítica, de que se optou por tal caminho em vez de procurar iniciativas mais baratas. Estas, implicando tecnologias mais simples ou locais, revelar-se-iam, certamente, melhor sintonizadas com o espírito incrustado em posições defendidas no mencionado trabalho de Sachs (2009), entre outros. Tal espírito, aliás, já marcara obras pioneiras do debate sobre a necessidade de agir judiciosamente com os recursos do planeta, como argumentado em Schumacher (1974).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Concebida em função do interesse na problemática dos SIDS, a presente pesquisa indagou sobre o papel das interações entre Cabo Verde e UE no enfrentamento das adversidades com que se depara o arquipélago. O pano de fundo era o problema da promoção do desenvolvimento sustentável nos SIDS.

Falou-se, inicialmente, que o debate sobre esse desenvolvimento adquiriu proeminência internacional, em processo que se estendeu por várias décadas. Observou-se também que os SIDS, procurando atrair a atenção para suas dificuldades, aproveitaram o apelo do desenvolvimento sustentável para tentar conseguir recursos por meio da cooperação internacional.

Cabo Verde, historicamente uma espécie de ponte entre os continentes africano e europeu, tem enfrentado consideráveis obstáculos para, tendo que lidar com vulnerabilidades estruturais, promover o desenvolvimento. Destacam-se nessas fragilidades o número reduzido de parceiros comerciais, as limitações do setor produtivo, a carência em serviços públicos, as inclemências climáticas (traduzidas notadamente em secas), a dependência de combustíveis fósseis oriundos do exterior e a falta de proteção do habitat. Tais características nutrem mazelas como insegurança alimentar, desemprego e pobreza.

CC BY NC SA

A análise de algumas parcerias entre UE e Cabo Verde sugere o quanto há de retórica no comprometimento da primeira com o desenvolvimento sustentável dos países menos desenvolvidos, entre eles os SIDS. Nas iniciativas repertoriadas, notou-se a imposição de rigorosos condicionantes ao fornecimento de recursos para esses países. Na experiência específica, a contrapartida abrangia a defesa dos interesses dos doadores, no tocante à harmonização normativa com o modelo europeu, à integração regional por parte de Cabo Verde e à adesão a áreas de livre comércio e regimes econômicos internacionais.

Isso é coerente com as aspirações dos agentes posicionados na origem dos recursos, quanto a assegurar vantagens comerciais, econômicas e securitárias para a UE e suas empresas. Aparentemente, tal orientação acarreta consequências preocupantes para as empresas dos SIDS, de um modo geral, e de Cabo Verde, em particular. A atrofia de possibilidades locais alternativas e mesmo o desestímulo com respeito à sua procura ou ao seu aproveitamento perfilam-se, ao que parece, entre os resultados.

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, teria sido capturada pelo ideário neoliberal. Essa circunstância tende a causar constrangimentos aos SIDS, embora a adesão àquela narrativa pareça a única opção disponível para o acesso desses países aos recursos. Tudo estaria a sugerir que tais parcerias e acordos têm consequências muito discutíveis quanto à promoção do desenvolvimento, como se nota em alguns projetos executados em Cabo Verde.

Isso está longe de se mostrar estranho ao fato de ser tendencialmente pouco transparente, ambíguo e até contraditório o papel da cooperação internacional para o desenvolvimento no enfrentamento dos problemas dos SIDS e na promoção do desenvolvimento sustentável, no que se refere ao envolvimento da UE. As imposições desta podem mesmo representar forças contrárias ao alcance das próprias metas da Agenda 2030 nos países destinatários dos recursos.

Paira sobre tais problemas, talvez antes de tudo, a assimetria entre as partes envolvidas nas negociações em torno dos acordos. Também têm peso a presença dominante das ideias neoliberais, a manutenção de uma visão tradicional sobre o desenvolvimento e o fato de que a *foreign aid*, sendo uma política pública da UE, responde sobretudo aos interesses desse bloco de países em detrimento das necessidades dos países receptores.

REFERÊNCIAS

ADB – African Development Bank. *Cape Verde*: the road ahead. [S.l.]: ADB, Nov. 2012. Disponível em: https://www.afdb.org/fileadmin/uploads/afdb/Documents/Project-and-Operations/Cape%20Verde%20-%20The%20Road%20Ahead.pdf. Acesso em: 01 out. 2017.

AFRICA21. *Cabo Verde inaugura aterro sanitário financiado pela UE com 6,5 milhões de euros.* [S.l.], [S.p.], 6 maio 2015. Disponível em: https://africa21digital.com/2015/05/06/cabo-verde--inaugura-aterro-sanitario-financiado-pela-ue-com-65-milhoes-de-euros/. Acesso em: 31 out 2017.

ANDRADE, Á. L. Cabo Verde: a agenda de transformação. *Voa Português*, [S.l.], [S.p.], 3 jul. 2015. Disponível em: https://www.voaportugues.com/a/cabo-verde-a-agenda-de-transformacao/2846592.html Acesso em: 01 out. 2017.

ARQUIVO NACIONAL DE CABO VERDE. *As fomes em Cabo Verde*: causas e efeitos (1580-1949). Praia: ANCB, 2015. Disponível em: <http://www.arquivonacional.cv/index.php/84-exposicoes/111-as-fomes-em-cabo-verde-causas-e-efeitos-1580-1949>. Acesso em: 20/09/2017

ATLAS OF ECONOMIC COMPLEXITY. *Cabo Verde*. Cambridge, Mass.: Harvard University, Center for International Development, 2017. Disponível em: <http://atlas.cid.harvard.edu/explore/tree_map/import/cpv/all/show/2014/>. Acesso em: 01 out 2017.

BALENO, I. C. Povoamento e formação da sociedade. In: ALBUQUERQUE, L. de *et al.* (Eds.). *História Geral de Cabo Verde***.** V. 1**.** Lisboa; Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1991, p. 125-177.

BANCO MUNDIAL. *Cabo Verde*: aspectos gerais. Dakar: Banco Mundial, 2016. Disponível em:< http://www.worldbank.org/pt/country/caboverde/overview>. Acesso em: 01/10/2017.

BUSSE, M.; GROßMANN, H. Assessing the impact of ACP/EU Economic Partnership Agreement on West African Countries. *HWWA Discussion Paper 294*, Hamburg: Hamburg Institute of International Economics, 2004. Disponível em: <https://ageconsearch.umn.edu/bitstream/26198/1/dp040294.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2017

CABO VERDE. *Cabo Verde no contexto do desenvolvimento sustentável*: relatório à Conferência RIO+20. Praia: Governo de Cabo Verde, Jun. 2012. Disponível em: < https://sustainabledevelopment.un.org/content/documents/1035capeverde.pdf>. Acesso em: 30 set. 2017.

CABO VERDE; UNIÃO EUROPEIA. Document de stratégie pays et Programme indicatif national pour la période 2008-2013. [S.l.], [S.e.], 2008. Disponível em: http://ec.europa.eu/europeaid/where/acp/overview/csp/csp_10th_edf_en.htm. Acesso em 30 out. 2017

CAMPLING, L. A critical political economy of the Small Island Developing States concept. *Journal of Developing Societies***,** v. 22, n. 3, p. 235-285, 2006.

CMMAD – Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento. *Nosso futuro comum*. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, 1988.

COMMONWEALTH SECRETARIAT. *Small States***:** economic review and basic statistics. London: Commonwealth Secretariat, 2012.

DELEGAÇÃO DA UNIÃO EUROPEIA EM CABO VERDE. *Comunicado conjunto (Parceria Especial UE/Cabo Verde)*. Praia: DUECV, 2017.

DIAS, José Almada. Identidade crioula: Turismo de qualidade ou de quantidade? A hora da escolha. *Expresso das Ilhas*, n. 778. 26 out. 2016. Disponível em: <http://www.expressodasilhas.sapo.cv/opiniao/item/50785-identidade-crioula-turismo-de-qualidade-ou-de-quantidade?-a-hora-da-escolha>. Acesso em: 10 out. 2016.

DOMINGUES, A. Administração e instituições: transplante, adaptação, funcionamento. In: ALBUQUERQUE, L. de *et al*. (Eds.). *História geral de Cabo Verde***.** V. 1**.** Lisboa; Praia: Centro de Estudos de História e Cartografia Antiga, 1991. p. 41-123.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE EM BRUXELAS. *Parceria Especial Cabo Verde-União Europeia*. Bruxelas, 2017a. Disponível em: http://embcv.be/pt/cabo-verde/cooperacao-com-a-uniao/a-parceria-para-a-mobilidade/40-parceria-especial-uniao-europeia. Acesso em: 29 out 2017.

EMBAIXADA DA REPÚBLICA DE CABO VERDE EM BRUXELAS. *Parceria para a mobilidade*. Bruxelas, 2017b .Disponível em: <http://embcv.be/pt/cabo-verde/cooperacao-com-a-uniao/a-parceria-para-a-mobilidade/21-cabo-verde/relacao-de-cooperacao >. Acesso em: 25 out 2017.

EUROPEAN COMMISSION. *The Cotonou Agreement: From Lomé I to IV bis*. Brussels: EC, 2005. Disponível em: <http://ec.europa.eu/development/body/cotonou/lome_history_en.htm>. Acesso em: 24 out. 2017.

EUROPEAN COMISSION. Cape Verde: fisheries partnership agreement. Brussels: EC, 2006. Disponível em: <https://ec.europa.eu/fisheries/cfp/international/agreements/cape_verde_en>. Acesso em: 27 out 2017.

EUROPEAN COMMISSION. *Document de stratégie pays et Programme indicatif national pour la période 2008-2013 – Cap Vert*. Brussels; EC, 2008. Disponível em: https://ec.europa.eu/europeaid/document-de-strat%C3%A9gie-pays-et-programme-indicatif-national-pour-la-p%C3%A9riode-2008-2013-cap-vert_fr. Acesso em: 30 out. 2017

EUROPEAN COMISSION. *The Cotonou Agreement*. Brussels: EC, 2014. Disponível em: http://www.europarl.europa.eu/intcoop/acp/03_01/pdf/mn3012634_en.pdf. Acesso em: 01 dez. 2017.

EUROPEAN COMMISSION. *European development policy*. Brussels: EC, 2017. Disponível em: <https://ec.europa.eu/europeaid/policies/european-development-policy_en>. Acesso em: 26 out. 2017.

EUROPEAN COMMUNITIES. *Partnership Agreement ACP-EC*. Brussels: EC, 2006. Disponível em:<http://www.europarl.europa.eu/intcoop/acp/03_01/pdf/cotonou_2006_en.pdf>. Acesso em 09 nov. 2017.

FERNANDES, G. *A diluição da África:* uma interpretação da saga identitária cabo-verdiana no panorama político (pós) colonial. Florianópolis: Ed. da UFSC, 2002.

FERREIRA, P.; LOPES, A.; DRANKA, G. G.; CUNHA, J. Planning for a 100% renewable energy system for the Santiago Island, Cape Verde. *International Journal of Sustainable Energy Planning and Management*, v. 29, p. 25-40, 2020.

GHINA, F. Sustainable development in Small Island Developing States. *Environment, Development and Sustainability*, v. 5, n. 1, p. 139-165, 2003.

GOVERNO DE CABO VERDE. Parceria Especial Cabo Verde – EU: quadro orientador para a implementação. Praia: Governo de Cabo Verde, 2008. Disponível em: < https://www.governo.cv/documents/Parceria_especial_UE.pdf>. Acesso em: 31 out. 2017

GOVERNO DE CABO VERDE. *Acordo de pesca com a União Europeia foi o acordo possível*. Praia: Governo de Cabo Verde, 2014. Disponível em: http://www.governo.cv/index.php/destaques/5592-acordo-de-pesca-com-a-uniao-europeia-foi-o-acordo-possivel. Acesso em 29 out 2017.

GOVERNO DE CABO VERDE. *PEDS – Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável – 2017/2021.* Praia: Governo de Cabo Verde, 2017.

GOVERNO DE CABO VERDE. *SDG Cabo Verde*: voluntary national report on the implementation of the 2030 agenda for sustainable development. Praia: Ministry of Finance, 2018.

HEIN, P. *Small Island Developing States*: origin of the category and definition issues. In: UNCTAD (Org.). *Is a special treatment of small island developing states possible?* Geneva: Unctad, 2004. p. 1-22.

HSU, A.; ESTY, D. LEVY, M. *et al*. *The 2016 Environmental Performance Index Report*. New Haven: Yale Center for Environmental Law & Policy, 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/309417857_2016_Environmental_Performance_Index_EPI#fullTextFileContent Acesso em 27 dez 2020.

INSTITUTO CAMÕES. *CAMPO – Centro de Apoio ao Migrante no País de Origem*. Praia: Instituto Camões, 2017.

ISLHÁGA. *Proyecto ISLHÁGUA (2010-2015)*: informe de resultados. Canarias: ISLHÁGUA, 2017 Disponível em: <http://www.islhagua.org/flipbooks/informe_resultados/#p=1>. Acesso em 31 out 2017.

KACZYNSKI, V. M.; FLUHARTY, D. L.. European policies in West Africa: who benefits from fisheries agreements? *Marine Policy***,** v. 26, n. 2, p.75-93, 2002.

KECK, M. E.; SIKKINK, K. *Activists beyond borders*: advocacy networks in international politics. Ithaca, N.Y.: Cornell University Press, 1998.

MADEIRA, J. P. Cabo Verde: geopolítica e projeção de um pequeno estado insular na África Ocidental. *Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais***,** v. 8, n. 4, p.59-79, 2015.

CC BY NC SA

MADEIRA, J. P. Política externa cabo-verdiana: evolução, perspectivas e linhas de força. Estudos Internacionais, v. 7, n. 1, p. 87-109, 2019.

MADEIRA, J. P.; MONTEIRO, N. A. Cape Verde in West Africa region: towards a new paradigma for regional integration. *Brazilian Journal of International Relations*, v. 5, n. 3, p. 546-561, 2016.

MADEIRA, J. P.; MONTEIRO, N. A. Cabo Verde: entre as estratégias de segurança euro-atlântica e a nova dimensão de parceria Sul-Sul. *Meridiano 47*, n. 17, p. 1-11, 2016.

MADEIRA, J. P.; MONTEIRO, N. A. Cabo Verde na segurança e defesa do Atlântico: dimensões da parceria Norte-Sul e Sul-Sul. *Revista Geográfica Venezolana*, v. 58, n. 1, p. 102-117, 2017.

MILANI, C. R. S. Aprendendo com a história: críticas à experiência da Cooperação Norte-Sul e atuais desafios à Cooperação Sul-Sul. *Caderno CRH*, v. 25, n. 65, p. 211-231, 2012.

MITCHELL, R. B. *International Environmental Agreements Database Project. 2002-2017*. Eugene: University of Oregon, 2017. Disponível em: http://iea.uoregon.edu/ Acesso em: 15 ago. 2017.

MONTEIRO, M. I. G**.** *Parceria Especial Cabo Verde/União Europeia - UE: uma mudança de paradigma nas relações entre Cabo Verde e UE?.* 2011. 106 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Cooperação Internacional) – Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 2011.

MONTEIRO, N. A. África, a nova fronteira estratégica no desenvolvimento global: a geo-política de Cabo Verde no contexto da CEDEAO. *Revista de Relaciones Internacionales, Estratégia y Seguridad*, v. 11, n. 2, p. 93-109, 2016.

MUNDT, M. The effects of EU fisheries partnership agreements on fish stocks and fishermen: the case of Cape Verde. *Working Paper n. 12/2012*. Berlin: Institute for International Political Economy, 2012.

NETRESIDUOS. *Cabo Verde inaugura aterro sanitário com capacidade para tratar 1,2 milhões de toneladas de lixo*. [S.l.]: NetResíduos, 2015. Disponível em: http://www.netresiduos.com/content.aspx?menuid=134&eid=3091&bl=1. Acesso em: 31 out 2017.

NOLASCO, A. Designing national identity through cloth: *pánu di téra* of Cape Verde. *Island Studies Journal*, v. 13, n. 2, p. 9-24, 2018.

CC BY NC SA

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. *West African perspectives*: resources for development. Paris: OECD Publishing, 2009.

OECD – Organisation for Economic Co-operation and Development. *Climate and disaster resilience financing in Small Island Developing States*. Paris: OECD Publishing, 2016.

PERRY-CASTAÑEDA LIBRARY MAP COLLECTION. *Cape Verde Maps***:** political. Austin: University of Texas, 2004. Disponível em: <http://www.lib.utexas.edu/maps/cape_verde.html>. Acesso em: 15 set. 2017.

PINA-DELGADO, J. The current scheme to manage migration between Europe and Cape Verde: promoter of development or tool for border closure? *Population, Space and Place*, v. 19, p. 404-414, 2013.

RESLOW, N. The role of Third Countries in EU migration policy: the mobility partnerships. *European Journal of Migration and Law*, v. 14, n. 4, p. 393-415, 2012.

REVISED COTONOU AGREEMENT. *Official Journal of the European Union*, Luxembourg, [S.v], [S.n.], p. L287/3-L287/49, 2010. Disponível em:<https://ec.europa.eu/europeaid/sites/devco/files/revised-cotonou-agreement-2010_en.pdf>. Acesso em: 02 nov 2017.

SACHS, I. *Desenvolvimento*: includente, sustentável, sustentado. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

SACHS, I. *Caminhos para o desenvolvimento sustentável*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, J. D; SCHMIDT-TRAUB, G.; DELACRE, D. D. *Preliminary sustainable development goal (SDG)*: index and dashboard. [S.l.]: SDSN, SDSN Working Paper, Feb.15th 2016. Disponível em: http://unsdsn.org/wp-content/uploads/2016/02/160215-Preliminary-SDG-Index-and-SDG-Dashboard-working-paper-for-consultation.pdf.Acesso em: 21/05/2017.

SCHUMACHER, E. F. *Small is beautiful*: a study of economics as if people mattered. London: Abacus, 1974.

SESAM-ER – Serviço Energético Sustentável para Povoações Rurais Isoladas mediante Micro-Redes com Energias Renováveis. *O projeto*. Santa Maria: SESAM-ER, 2017. Disponível em: < http://sesam-er.no.comunidades.net/o-projecto>. Acesso em: 31 out 2017.

SILVÉRIO, V. R. (Ed.). *Síntese da coleção história geral da África:* século XVI ao século XX. Brasília: Unesco/MEC/Ufscar, 2013.

SPETH, J. G. The global environmental agenda: origins and prospects. In: ESTY, D. C; IVANOVA, M. H. (Eds.). *Global environmental governance***:** options and opportunities. New Haven: Yale University Press, 2002. p. 1-20.

STOUTENBURG, J. G. *Disappearing island states in international law***.** Leiden: Brill Nijhoff, 2015.

TULLOCH, L. K; NEILSON, D. The neoliberalisation of sustainability. *Citizenship, Social and Economics Education*, v. 13, n. 1, p. 26-38, 2014.

UN SDSN – United Nations Sustainable Development Solutions Network. *Getting to know the Sustainable Development Goals*: an introduction to the SDGS. [S.l.]: SDSN, 14 dez. 2015. Disponível em: <https://sdg.guide/chapter-1-getting-to-know-the-sustainable-development-goals-e05b9d17801>. Acesso em: 21/05/2017.

UNCTAD – United Nations Conference on Trade and Development. *Map of SIDS*. 2017 Disponível em: <http://unctad.org/en/Pages/ALDC/Small Island Developing States/SIDS-map.aspx>. Acesso em: 07 set. 2017.

UNEP – United Nations Environment Programme; UN DESA – United Nations Department of Economic and Social Affairs; FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations. *SIDS-FOCUSED Green Economy*: an analysis of challenges and opportunities. Nairobi: UNEP, 2012.

UN-HABITAT – United Nations Programme for Human Settlements. *Urbanization and climate change in Small Island Developing States*. Nairobi: UN-Habitat, 2015.

UNITED NATIONS. *International trade statistics yearbook 2018*. V. 1. New York: United Nations, 2019.

UNDP - United Nations Development Programme. *Human Development Report 2016*: Cabo Verde. [S.l.]: UNDP, 2016. Disponível em: http://hdr.undp.org/sites/all/themes/hdr_theme/country-notes/CPV.pdf. Acesso em: 30 set. 2017.

UNDP – United Nations Development Programme. *Cabo Verde*: human development indicators. 2020. Disponível em: http://hdr.undp.org/en/countries/profiles/CPV Acesso em: 27 jun. 2020.

VEIGA, J. E. *Desenvolvimento sustentável:* o desafio do século XXI. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

VOGEL, C. *The Africa Policy of "normative" power EU considering Cotonou Agreement and promotion of EPAs.* 2009. 20 f. Monografia (Graduação em Afrikawissenschaftlichen Nachwuchstagung) – Universität Zu Köln, Colônia, 2009.

WEST AFRICA TRADE AND INVESTMENT HUB. *Cabo Verde AGOA workshop tackles lack of export strategy*. Accra: West Africa Trade and Investment Hub, Nov. 22th 2016. Disponível em: <https://www.watradehub.com/en/cabo-verde-agoa-workshop-tackles-lack-export-strategy/>. Acesso em: 09 out 2017.

WORLD BANK. *Turning the Tide*: Small Island States Lead, Innovate for Climate Solutions. [S.l.]: WB, 29 Apr. 2016. Disponível em:< http://www.worldbank.org/en/news/feature/2016/04/29/turning-the-tide-small-island-states-lead-innovate-for-climate-solutions>. Acesso em: 02 jul. 2017.

WORLD BANK. *Health nutrition and population statistics*. [S.l.]: WB, 2017. Disponível em: <http://databank.worldbank.org/data/reports.aspx?source=health-nutrition-and-population-statistics&preview=on#>. Acesso em: 29 set. 2017.

WORLD BANK. *Cabo Verde*. 2020a. Disponível em: https://data.worldbank.org/country/cabo-verde?view=chart Acesso em: 26 jun. 2020.

WORLD BANK. *GDP (current US$) – Cabo Verde*. 2020b. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.MKTP.CD?locations=CV&view=chart Acesso em: 26 jun. 2020.

WORLD BANK. *GDP per capita (current US$) – Cabo Verde*. 2020c. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/NY.GDP.PCAP.CD?locations=CV&view=chart Acesso em: 26 jun. 2020.

WORLD BANK. *Poverty headcount ratio at national poverty lines (% of population)*. 2020d. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.NAHC Acesso em: 26 jun. 2020.

WORLD BANK. *Poverty headcount ratio at $ 1.90 (2011 PPP) (% of population) – Cabo Verde*. 2020e. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.DDAY?locations=CV&view=chart Acesso em: 27 jun. 2020.

WORLD BANK. *GINI index (World Bank estimate) – Cabo Verde*. 2020f. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SI.POV.GINI?locations=CV&view=chart Acesso em: 27 jun. 2020.

WORLD BANK. *Unemployment, total (% of total labor force) (modeled ILO estimate) – Cabo Verde*. 2020g. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.ZS?locations=CV&view=chart Acesso em: 26 jun. 2020.

WORLD BANK. Unemployment, male (% of male labor force) (modeled ILO estimate) – Cabo Verde. 2020h. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.MA.ZS?locations=CV&view=chart Acesso em: 27 jun. 2020.

WORLD BANK. Unemployement, female (% of female labor force) (modeled ILO estimate) – Cabo Verde. 2020i. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/SL.UEM.TOTL.FE.ZS?locations=CV&view=chart Acesso em: 27 jun. 2020.

WORLD BANK. *Merchandise exports (current US$) – Cabo Verde*. 2020j. Disponível: https://data.worldbank.org/indicator/TX.VAL.MRCH.CD.WT?locations=CV&view=chart Acesso em: 26 jun. 2020.

WORLD BANK. Merchandise imports (current US$) – Cabo Verde. 2020k. Disponível em: https://data.worldbank.org/indicator/TM.VAL.MRCH.CD.WT?locations=CV&view=chart Acesso em: 26 jun. 2020.

ZIMELIS, A. Conditionality and the EU–ACP Partnership: a misguided approach to development? *Australian Journal of Political Science***,** v. 46, n. 3, p.389-406, 2011.